

Guanhães Energia S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas para os Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Guanhães Energia S.A.
Ipatinga - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Guanhães Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Guanhães Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfases

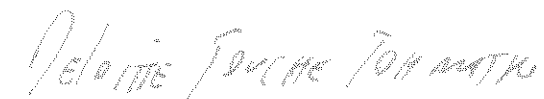
Fase pré-operacional da Guanhães Energia S.A. e rescisão do contrato com o consórcio construtor das PCHs

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 25 às demonstrações financeiras, a Guanhães Energia S.A. encontra-se, em 31 de dezembro de 2015, em fase pré-operacional e vem dispendendo quantias significativas na construção das PCHs, as quais, de acordo com as estimativas e projeções da Companhia, deverão ser absorvidos pelas operações futuras. A Companhia apresentava nesta data seu passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$209.973 mil na controladora e em R\$139.372 mil no consolidado. Em 15 de dezembro de 2015, houve a rescisão do contrato com o consórcio construtor das PCHs. A conclusão das obras de construção das PCH's e consequente início das operações dependem da recontração do escopo remanescente para retomada das obras, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, seja de seu acionista ou de terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 16 e 25 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas nas referidas notas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG



Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

GUANHÃES ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	60	40	68
Títulos e Valores Imobiliários	5	1.448	27.779	90.110	126.768
Outros créditos	6	552	7.001	17	150
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		2.012	34.840	90.167	126.986
Tributos a recuperar		458	-	2.161	536
Aplicação Financeira Vinculada ao BNDES		6.802	-	13.766	-
Investimentos	7	224.654	266.313	-	-
Imobilizado	8	6	-	309.662	300.122
Intangíveis	9	3	-	1.341	1.260
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		231.923	266.313	326.930	301.918
TOTAL DO ATIVO		233.935	301.153	417.097	428.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores	10	304	479	5.509	6.724
Fornecedores partes relacionadas		-	-	-	-
Tributos a recolher		42	123	348	488
Empréstimos e Financiamentos	11	211.502	205.442	223.544	211.950
Outros Créditos		137	184	138	184
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		211.985	206.228	229.539	219.346
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	165.608	114.633
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	165.608	114.633
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12	137.608	137.608	137.608	137.608
AFAC		-	-	-	-
Prejuízos acumulados		(115.658)	(42.683)	(115.658)	(42.683)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.950	94.925	21.950	94.925
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		233.935	301.153	417.097	428.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
DESPESAS OPERACIONAIS	13	(43.746)	(27.516)	(41.993)	(27.516)
Despesas Administrativas		(400)	(5.843)	(2.850)	(5.843)
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos	8	-	-	(38.878)	(21.477)
Outras despesas		(18)	(196)	(265)	(196)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(43.328)	(21.477)	-	-
PREJÚZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(43.746)	(27.516)	(41.993)	(27.516)
RESULTADO FINANCEIRO	12	(29.220)	(5.202)	(29.238)	(5.202)
Receitas financeiras		1.774	1.622	1.773	1.622
Outras receitas		94	-	94	-
Despesas financeiras		(31.088)	(6.824)	(31.105)	(6.824)
PREJÚZO ANTES DO IR/CS		(72.966)	(32.718)	(71.231)	(32.718)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(9)	-	(1.744)	-
		-	-	-	-
PREJÚZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(72.975)	(32.718)	(72.975)	(32.718)
RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	15	(0,53)	(0,24)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2015	2014	2015	2014
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas Atividades Operacionais		(21.899)	(28.987)	(50.780)	(22.307)
Caixa aplicado nas operações		(1.318)	(4.421)	(4.033)	(4.421)
Prejuízo líquido do exercício		(72.975)	(32.718)	(72.975)	(32.718)
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos		-	-	38.878	21.477
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	28.320	6.820	28.320	6.820
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		9	-	1.744	-
Resultado de Equivalência patrimonial	7	43.328	21.477	-	-
Variações nos Ativos e Passivos		(20.581)	(24.566)	(46.747)	(17.886)
Tributos a Recuperar		(458)	3	(1.625)	(533)
Outros Créditos	6	6.449	(3.058)	133	3.793
Fornecedores	10	(175)	(899)	(6.724)	(899)
Tributos a Recolher		3	(41)	(227)	324
Outros Passivos		(47)	62	(45)	62
Pagamento de Juros sobre financiamentos	11	(26.260)	(20.633)	(36.601)	(20.633)
IRPJ e CSLL pagos		(93)	-	(1.658)	-
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento		17.851	(54.962)	(7.570)	(180.634)
Aquisição de títulos e valores mobiliários		(394.000)	(290.000)	(456.574)	(409.000)
Resgate de títulos e valores mobiliários		420.331	285.071	493.232	305.082
Aquisições de bens do ativo imobilizado	8	(1.675)	(50.033)	(30.381)	(76.299)
Aquisições de intangíveis	9	(3)	-	(81)	(417)
Aplicação Financeira vinculada ao BNDES	11	(6.802)	-	(13.766)	-
Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamento		4.000	84.000	58.322	203.000
Captação de Empréstimos e Financiamentos	11	394.000	290.000	456.574	409.000
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	11	(390.000)	(206.000)	(398.252)	(206.000)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(48)	51	(28)	59
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Exercício	4	60	9	68	9
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do Exercício	4	12	60	40	68
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(48)	51	(28)	59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo líquido do exercício	(72.975)	(32.718)	(72.975)	(32.718)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(72.975)	(32.718)	(72.975)	(32.718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2014	137.608	(9.965)	127.643
Prejuízo líquido do exercício	-	(32.718)	(32.718)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	137.608	(42.683)	94.925
Prejuízo líquido do exercício	-	(72.975)	(72.975)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	137.608	(115.658)	21.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Guanhães Energia S.A. (“Companhia” ou “Guanhães Energia”) é uma sociedade por ações de capital fechado em fase pré-operacional, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga – MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais que totalizam 44,0 MW de Potência Instalada.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato EPC com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães (“CCPG”) em setembro de 2012. Durante a fase de implantação, o projeto foi impactado por questões relacionadas ao cumprimento do Contrato EPC, especialmente no tocante ao fornecimento dos equipamentos eletromecânicos e conseqüentemente atrasando a montagem eletromecânica das PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhães, Jacaré e Fortuna II.

Em fevereiro de 2015 houve a formalização do 8º Termo Aditivo ao Contrato EPC, que proporcionou uma alavancagem do projeto, devido ao aporte de R\$15.900 para o reequilíbrio econômico do Consórcio. Além de alterações das datas de disponibilidade para a entrada em Operação Comercial junto ao *Epecista*, com a primeira máquina prevista para iniciar em agosto de 2015 e a última em março de 2016.

No mês de julho de 2015 a Guanhães Energia recebeu do Consórcio Construtor PCHs Guanhães (“CCPG”) uma carta solicitando a postergação do período de entrada em operação comercial das UG’s das PCHs, para ocorrer entre os meses de dezembro de 2015 a julho de 2016.

Entre os meses de julho e agosto de 2015, foram expedidas notificações pela Guanhães Energia ao *Epecista*. Nas referidas notificações foram questionadas questões sobre as atualizações do cronograma de implantação, inadimplência quanto ao cumprimento das datas pactuadas no 8ª TAC, além de alertar o CCPG sobre possíveis penalidades contratuais.

Em setembro de 2015, foram recebidas outras duas cartas do Consórcio Construtor solicitando nova alteração no início da disponibilidade para operação comercial das UG’s. A primeira carta recebida indicou que o início da disponibilidade das Unidades Geradoras das PCHs ocorreria de janeiro e agosto de 2016. Já a segunda carta recebida, no final de setembro de 2015, o Consórcio solicita outra postergação das datas pactuadas, ou seja, o início da operação comercial somente ocorreria em março e terminaria em dezembro de 2016.

Nos meses de outubro e novembro de 2015 a Guanhães Energia comunicou que não concederia os novos prazos solicitados pelo Consórcio. Foi concedido ao Consórcio um prazo de cura de 30 dias para a solução da inadimplência, conforme cláusulas dos seguros.

Além disso, foram enviadas para as seguradoras Pottencial, Faifax e Austral, correspondências comunicando sobre a expectativa de abertura de sinistro e a concessão de prazo dado ao Consórcio Construtor para cumprimento das obrigações.

Importante frisar que neste interim foram enviadas notificações referentes ao descumprimento de outras obrigações contratuais pelo Consórcio, entre elas; (I) Renovações de Apólices de Seguros Vincendos; (II) Descumprimento do Cronograma da PCH Fortuna II e (III) Não conclusão da supressão vegetal da LT de 34,5 kV da PCH Fortuna II.

Devido a tais circunstâncias, foram enviadas ao Consórcio Construtor notificações extrajudiciais comunicando sobre a retenção dos pagamentos para a compensação das multas aplicadas, caso não fosse sanada a inadimplência e não fossem pagas as multas.

Como mencionado acima o Consórcio Construtor apresentou atrasos no fornecimento de equipamentos, suprimentos e serviços nos prazos definidos em contrato, o que impactou diretamente na execução do cronograma de implantação das PCHs, tendo sido incapaz de solucionar seu inadimplemento no prazo de cura que lhe foi concedido. Além disso, o Consórcio Construtor não apresentou qualquer plano de recuperação dos atrasos, tampouco demonstrou sua capacidade de cumprir as datas dos novos cronogramas que propôs. Diante desses fatos, o Contrato EPC foi rescindido no dia 15 de dezembro de 2015.

Após a rescisão do Contrato EPC, foi enviada no dia 22 de dezembro de 2015 a correspondência comunicando a abertura de reclamação de sinistro junto à seguradora Pottencial solicitando indenização de R\$19.453 referentes à garantia do valor adicional.

Adicionalmente, a Guanhães Energia já adotou as medidas cabíveis para cobrança, junto ao Consórcio Construtor, das penalidades contratuais e indenizações devidas em razão do inadimplemento do Contrato EPC.

As novas datas de disponibilidade para a entrada em operação comercial das Unidades Geradoras das PCHs, somente poderão ser definidas após a recontratação do escopo remanescente do contrato EPC para continuidade e término da implantação do empreendimento. A Guanhães Energia está tomando todas as medidas necessárias à conclusão das negociações para a recontratação do escopo remanescente.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava capital circulante negativo de R\$209.973 (R\$171.388 em 2014) na controladora e de R\$139.372 (R\$92.360 em 2014) no consolidado. A Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluem o reescalonamento de seus financiamentos e alongamento de seus empréstimos tomados junto a instituições financeiras, bem como eventuais aportes de capital por parte de seus acionistas.

2. ENTIDADES INVESTIDAS

a) Controladas diretas

O percentual de participação nas entidades controladas direta pela Guanhães Energia são:

	31.12.2015	31.12.2014
	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Direta
PCH Dores de Guanhães	100	100
PCH Senhora do Porto	100	100
PCH Jacaré	100	100
PCH Fortuna II	100	100

- **PCH Dores de Guanhães S.A.** - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em novembro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Dores de Guanhães pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução nº 638 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina será de 14,0 MW. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 931/2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Dores de Guanhães, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A..

Através da Resolução Autorizativa nº 2.904/2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis das estruturas para até 1º de junho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidades geradoras para até 1º de novembro de 2013 e 1º de dezembro de 2013, respectivamente.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato EPC com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães (“CCPG”) em setembro de 2012.

Posteriormente através da Resolução Autorizativa nº 4.583/2014 ocorreu a transferência dos direitos de exploração da SPE Guanhães Energia S.A. para a PCH Dores de Guanhães S/A. devido a necessidade de criação de uma subsidiária integral da Guanhães Energia S.A..

Como mencionado na nota explicativa nº 1, durante a implantação, o projeto foi impactado pelo atraso no fornecimento dos equipamentos eletromecânicos, ocasionando nas postergações em demasia das datas previstas para a entrada em Operação Comercial. Diante dos fatos apresentados o Contrato EPC foi rescindido no dia 15 de dezembro de 2015 e os seguros foram devidamente acionados.

- **PCH Senhora do Porto S.A.** - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dolores de Guanhães. Em outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Senhora do Porto pela ANEEL, por meio da Resolução nº 545 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina será de 12,0 MW. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 933/2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Senhora do Porto, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.

Através da Resolução Autorizativa nº 2.901/2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis das estruturas para até 1º de junho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidades geradoras para até 1º de novembro de 2013 e 1º de dezembro de 2013, respectivamente.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato EPC com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães ("CCPG") em setembro de 2012.

Posteriormente através da Resolução Autorizativa nº 4.585/2014 ocorreu a transferência dos direitos de exploração da SPE Guanhães Energia S.A. para a PCH Senhora do Porto S.A. devido a necessidade de criação de uma subsidiária integral da Guanhães Energia S.A.

Como mencionado na nota explicativa nº 1, durante a implantação, o projeto foi impactado pelo atraso no fornecimento dos equipamentos eletromecânicos, ocasionando nas postergações em demasia das datas previstas para a entrada em Operação Comercial. Diante dos fatos apresentados o Contrato EPC foi rescindido no dia 15 de dezembro de 2015 e os seguros foram devidamente acionados.

- **PCH Jacaré S.A.** - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dolores de Guanhães. Em outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Jacaré pela ANEEL, por meio da Resolução nº 588 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina será de 9,0 MW. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 934/2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Jacaré, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.

Através da Resolução Autorizativa nº 2.902/2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis das estruturas para até 1º de julho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidades geradoras para até 1º de janeiro de 2014 e 1º de fevereiro de 2014, respectivamente.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato EPC com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães ("CCPG") em setembro de 2012.

Posteriormente através da Resolução Autorizativa nº 4.586/2014 ocorreu a transferência dos direitos de exploração da SPE Guanhães Energia S.A. para a PCH Jacaré S.A. devido a necessidade de criação de uma subsidiária integral da Guanhães Energia S.A.

Como mencionado na nota explicativa nº 1, durante a implantação, o projeto foi impactado pelo atraso no fornecimento dos equipamentos eletromecânicos, ocasionando nas postergações em demasia das datas previstas para a entrada em Operação Comercial. Diante dos fatos apresentados o Contrato EPC foi rescindido no dia 15 de dezembro de 2015 e os seguros foram devidamente acionados.

- **PCH Fortuna II S.A.** - Localizada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhães e Virgíópolis. Em dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina será de 9,0 MW. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 932/2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.

Através da Resolução Autorizativa nº 2.903/2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis e das estruturas para até 1º de julho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidades geradoras para até 1º de setembro de 2013 e 1º de outubro de 2013, respectivamente.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato EPC com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães ("CCPG") em setembro de 2012.

Posteriormente através da Resolução Autorizativa nº 4.584/2014 ocorreu a transferência dos direitos de exploração da SPE Guanhães Energia S.A. para a PCH Fortuna II S.A. devido a necessidade de criação de uma subsidiária integral da Guanhães Energia S.A.

Como mencionado na nota explicativa nº 1, durante a implantação, o projeto foi impactado pelo atraso no fornecimento dos equipamentos eletromecânicos, ocasionando nas postergações em demasia das datas previstas para a entrada em Operação Comercial. Diante dos fatos apresentados o Contrato EPC foi rescindido no dia 15 de dezembro de 2015 e os seguros foram devidamente acionados.

i. Reorganização Societária

Para atendimento às premissas de obtenção do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, no que se refere à segregação em quatro beneficiárias, correspondente às quatro PCHs, de acordo com a Ata da AGE de 04 de março de 2013, item 5.6, foi aprovada a criação de quatro subsidiárias integrais da Companhia, correspondentes as respectivas PCH's, denominadas:

- PCH Dores de Guanhães S.A. CNPJ nº 18.471.058/0001-89;
- PCH Senhora do Porto S.A. CNPJ nº 18.471.070/0001-93;
- PCH Jacaré S.A. CNPJ nº 18.471.064/0001-36;
- PCH Fortuna II S.A. CNPJ nº 18.471.053/0001-56;

As referidas empresas foram constituídas na data de 02 de maio de 2013, mediante suas respectivas Escrituras Públicas de Constituição de Sociedade Subsidiária.

Foram realizadas transferências de titularidades junto à ANEEL após levantamento de informações embasadas por meio de laudos de avaliação patrimonial elaborados por empresa independente. Em seguida, em 01 de junho de 2014, foi realizada a integralização do capital nas PCHs e a transferência de ativos da Guanhães Energia para cada uma das PCHs, data em que a Guanhães Energia passou a consolidar as PCHs em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, uma nova transferência de ativos da Guanhães Energia para cada uma das PCHs foi realizada em 31 de dezembro de 2015.

Os valores dos ativos transferidos a cada uma das PCHs estão apresentados na Nota explicativa nº 06.

ii. Concessões e autorizações

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
PCH Dores de Guanhães	nov/2002	nov/2032
PCH Senhora do Porto	out/2002	out/2032
PCH Jacaré	out/2002	out/2032
PCH Fortuna II	dez/2001	dez/2031

3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 05 de abril de 2016.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS’s”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board – IASB*. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

i. Investimento em controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as Sociedades de Propósito Específico) nas quais a Companhia possui os seguintes atributos: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle o deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Guanhães Energia.

ii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas empresas investidas.

b) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos, mantidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, na categoria de empréstimos e recebíveis, pois são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos, mantidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outros passivos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

d) Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e o BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas na nota explicativa 07 – Imobilizado.

e) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

f) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

É mensurado ao custo de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos e condição necessária para colocar o ativo no local e condição necessária para que este seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

g) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações no valor justo de passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, quando aplicável. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

i) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da Companhia é com base no lucro presumido para fins de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

j) Normas, interpretações e alterações às normas existentes que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados;
- Modificações às IFRSs - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012 e 2011-2013.

A administração não identificou impactos decorrentes das alterações das normas existentes e novas normas e interpretações acima indicadas.

k) Normas, interpretações e alterações às normas existentes e ainda não vigentes para os exercícios iniciados em 01 de Janeiro de 2015, e ainda não adotados.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b);
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas (a);
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (b);
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c);
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas ("Joint Operation") (a);
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola (a);
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização (a);
- Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (a);

- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e seu Associado ou “Joint Venture” (a);
- Modificações às IFRSs - Ciclos de Melhorias Anuais (a);
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras (a); e
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2016;
- (b) 1º de janeiro de 2018; e
- (c) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Não são esperados impactos significativos quando das aplicações das modificações descritas acima sobre as demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Banco Conta Movimento	12	60	40	68
Total	12	60	40	68

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

5. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Títulos e Valores Imobiliários	1.448	27.779	90.110	126.768
Total	1.448	27.779	90.110	126.768

Os títulos e valores Imobiliários referem-se a Certificados de Depósito Bancário com rendimento pós-fixado, de acordo com a variação do CDI, com garantia de recompra diária pela instituição financeira, com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações é de 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

6. OUTROS CRÉDITOS

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contas a receber - Mútuo	-	6.915	-	-
Repasso Despesas Administrativas	539	-	-	-
Outros Créditos	13	86	17	150
TOTAL OUTROS CRÉDITOS	552	7.001	17	150

O saldo em 31 de dezembro de 2015 refere-se a notas de débitos emitidas pela Guanhões Energia S.A. para repasse de despesas administrativas pelas suas subsidiárias (PCH Dores de Guanhões S.A., PCH Senhora do Porto S.A., PCH Jacaré S.A. e PCH Fortuna II S.A.), relativos a gastos para manutenção da estrutura administrativa.

Os contratos de mútuo de 2014 foram quitados conforme negociação entre as partes.

7. INVESTIMENTO

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
PCH Dores de Guanhões	71.685	79.811
PCH Fortuna II	35.304	55.279
PCH Jacaré	57.949	64.118
PCH Senhora do Porto	59.716	67.105
Total Investimentos	224.654	266.313

Com base nos Laudos de Avaliação Patrimonial, emitidos por empresa independente, foi determinado, com base no valor patrimonial contábil na data base de 31 de maio de 2014, a parcela do imobilizado da Guanhães Energia relativo a cada uma das PCHs que foi transferida, na data 01 de junho de 2014, como aporte de capital nas PCHs. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo remanescente do imobilizado da Guanhães Energia foi transferido para cada uma das PCHs como adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) e, em 31 de dezembro de 2015, novo AFAC foi realizado com base na Ata da AGE de 06 de agosto de 2014, que autoriza a transferência do total dos ativos.

Segue abaixo a movimentação do investimento:

	Controladora					
	AFAC com transferência de ativos	Equivalência Patrimonial	31.12.2015	Aporte de Capital e AFAC com transferência de ativos	Equivalência Patrimonial	31.12.2014
PCH Dores de Guanhães	465	(8.592)	71.684	86.137	(6.326)	79.811
PCH Fortuna II	449	(20.423)	35.305	60.521	(5.242)	55.279
PCH Jacaré	307	(6.475)	57.949	68.528	(4.410)	64.118
PCH Senhora do Porto	448	(7.837)	59.716	72.604	(5.499)	67.105
Total	1.669	(43.328)	224.654	287.790	(21.477)	266.313

Outras informações:

Controladas	31.12.2015				31.12.2014			
	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
PCH Dores de Guanhães	80.280	125.323	71.685	(8.592)	80.280	124.495	79.811	(6.326)
PCH Fortuna II	59.478	72.641	35.304	(20.423)	59.478	97.586	55.279	(5.242)
PCH Jacaré	69.199	99.862	57.949	(6.475)	69.199	75.912	64.118	(4.410)
PCH Senhora do Porto	71.243	110.529	59.716	(7.837)	71.243	111.102	67.105	(5.499)

8. IMOBILIZADO

	Saldos em 31.12.2013	Adições	Transferências	Provisão para redução ao valor	Saldos em 31.12.2014	Saldos Transferidos (**)	Adições	Transferências	Provisão para redução ao valor	Saldos em 31.12.2015
IMOBILIZAÇÕES										
Terrenos	2.838	1.408	-	-	4.246	-	3.652	-	-	7.898
Reservatórios, Barragens e Adutoras	17.294	15.764	111.969	-	145.027	119	8.668	531	-	154.345
Edific. Obras Civas e Benfeitorias	115.286	-	(85.535)	-	29.751	1	10.783	2.401	-	42.936
Máquinas e Equipamentos	25.968	-	(18.471)	-	7.497	-	773	6.906	-	15.176
Estudos e Projetos	5.676	-	(4.453)	-	1.223	-	-	-	-	1.223
Moveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	6	-	-	6
Adiantamento Contratual	46.739	-	(6.232)	-	40.507	-	8.953	(10.460)	-	39.000
Depósitos judiciais	265	96	-	-	361	6	11	-	-	378
Total das Imobilizações	214.066	17.268	(2.722)	-	228.612	126	32.846	(622)	-	260.962
A RATEAR										
Gasto da Implantação Pessoal	914	-	(914)	-	-	-	-	-	-	-
Gasto da Implantação Administração	2.925	-	(2.925)	-	-	-	-	-	-	-
Gasto da Implantação Impostos e Taxas	59	-	(59)	-	-	-	-	-	-	-
Gasto da Implantação Serviços	757	-	(757)	-	-	-	-	-	-	-
Gasto da Implantação Outras	36	-	(36)	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear (*)	-	75.302	4.691	-	79.993	1.543	7.779	-	-	89.315
Total a Ratear	4.691	75.302	-	-	79.993	1.543	7.779	-	-	89.315
SISTEMA DE TRANSMISSÃO										
Terrenos da subestação	336	-	-	-	336	-	-	-	-	336
Edific. Obras Civas e Benfeitorias	1.294	4.036	9	-	5.339	-	711	-	-	6.050
Máquinas e Equipamentos	3.591	-	(1.269)	-	2.322	-	2.054	622	-	4.998
Adiantamento	4.712	285	-	-	4.997	-	3.359	-	-	8.356
Total sistema de transmissão	9.933	4.321	(1.260)	-	12.994	-	6.124	622	-	19.740
SUBTOTAL	228.690	96.891	(3.982)	-	321.599	1.669	46.749	-	-	370.017
Recuperação de Despesas	(2.722)	-	2.722	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	(21.477)	(21.477)	-	-	-	(38.878)	(60.355)
Total do Imobilizado (***)	225.968	96.891	(1.260)	(21.477)	300.122	1.669	46.749	-	(38.878)	309.662

(*) Trata-se das aquisições para construção das PCH's que serão devidamente classificadas nas respectivas linhas do imobilizado quando as usinas estiverem disponíveis para uso e contempla também a provisão para perda ao valor recuperável reconhecida.

(**) Conforme descrito na nota explicativa 7.

(***) A diferença apresentada na rubrica de transferência é decorrente da segregação entre imobilizado e intangível, no qual foi apresentado em conjunto no exercício de 2014.

Consórcio Construtor

Em 03 de setembro de 2012 foi assinado o contrato EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães – CCPG, formado pelas empresas Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., Construtora Quebec Ltda. e Libe Construtora Ltda. no valor global de R\$245.136, sendo a data base abril de 2012 (“P0”), relativos aos investimentos em obras civis e equipamentos, conforme detalhes a seguir:

- a. PCH Dores de Guanhães: R\$67.164;
- b. PCH Senhora do Porto: R\$58.391;
- c. PCH Jacaré: R\$64.985;
- d. PCH Fortuna II: R\$54.596; e
- e. Linha de transmissão 138 kV, ligando SE Jacaré a SE Guanhães: R\$20.000.

Conforme estabelecido em Contrato, a Companhia efetuou no mês de setembro de 2012 o adiantamento ao CCPG no valor de R\$49.027, que corresponde a 20% do total do contratado originalmente. Nos faturamentos mensais de serviços executados ocorre a dedução desses 20%, a título de compensação do referido adiantamento. Até 31 de dezembro de 2015 o valor já compensado foi de R\$44.185, restando um saldo a compensar de R\$4.842.

O contrato sofreu nove aditivos até dezembro de 2015, que alteraram o seu valor e prazo de entrega das unidades geradoras em virtude de variações geológicas, suspensão das obras e fornecimento de equipamentos eletromecânicos.

- 1º Termo Aditivo: Assinado em 27 de junho de 2013, no valor de R\$6.996 (Base Abril/2012).
- 2º Termo Aditivo: Assinado em 18 de setembro de 2013, no valor de R\$8.948.
- 3º Termo Aditivo: Assinado em 03 de abril de 2014, no valor de R\$6.300.
- 4º Termo Aditivo: Assinado em 27 de junho de 2014, no valor de R\$8.715.
- 5º Termo Aditivo: Celebrado em 03 de julho de 2014, para a formalização da transferência das titularidades das PCHs.
- 6º Termo Aditivo: Assinado em 15 de dezembro de 2014, no valor de R\$6.181.
- 7º Termo Aditivo: Assinado em 30 de dezembro de 2014, no valor de R\$4.049.
- 8º Termo Aditivo: Assinado em 9 de fevereiro de 2015, no valor de R\$7.770.
- 9º Termo Aditivo: Assinado em 25 de maio de 2015, no valor de R\$2.874.

Assim, o valor total do contrato após os aditivos acima citados foi fixado em R\$ 296.970, já com o diferimento do ICMS.

Porém, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, devido à inadimplência do CCPG, o contrato foi rescindido em 15 de dezembro de 2015.

Redução ao valor recuperável dos ativos

Nos últimos anos, a Companhia vem sendo impactada por questões relacionadas ao cumprimento do Contrato EPC nos projetos das PCHs, ocorridas principalmente em 2014 e 2015, o que resultou na celebração de aditivos ao contrato junto ao Consórcio Construtor PCHs Guanhães (CCPG) e postergação da entrada em operação das PCHs. A Administração considerou que esses fatores são indicativos de que o investimento possa ter sofrido desvalorização, e, portanto, decidiu-se fazer uma análise da recuperabilidade dos ativos para a data-base de 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Para fins de avaliação da recuperabilidade dos ativos, a Administração atualizou o modelo de acompanhamento do retorno dos projetos de cada uma das PCHs, bem como atualizou todo o fluxo de caixa descontado com a melhor estimativa corrente da Administração para a análise do valor em uso, sendo as principais premissas destacadas abaixo:

- Incorporação de todos os aditivos já assinados que elevaram o custo do investimento nas usinas;
- Inclusão de todas as despesas financeiras extraordinárias decorrentes de novos empréstimos obtidos pela Companhia;
- Estágio de avanço da implementação dos projetos; e
- Participação das PCHs no Leilão A-3 de 2015, sendo vencedora do certame, comercializando energia a um preço R\$205,50/MWH.

Após a conclusão das análises de eventual *impairment*, a Administração efetuou o registro de R\$38.878 como provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em 31 de dezembro de 2015 (R\$21.477 em 31 de dezembro de 2014).

9. INTANGÍVEIS

	Saldos em 31.12.2013	Transferências	Saldos em 31.12.2014	Adições	Saldos em 31.12.2015
INTANGÍVEL					
Intangíveis do Sistema de Transmissão	-	1.260	1.260	78	1.338
Total Intangível	-	1.260	1.260	78	1.338

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores				
Materiais e serviços	304	479	5.509	6.724
Total	304	479	5.509	6.724

Os valores a pagar em 31 de dezembro de 2015 referem-se às obrigações devidas aos fornecedores em decorrência de medições feitas nas obras.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora				
	Circulante			Total	
	Principal	Encargos	Total	31.12.2015	31.12.2014
Notas Promissórias	204.000	7.502	211.502	211.502	205.442
Total	204.000	7.502	211.502	211.502	205.442

	Consolidado							
	Circulante			Não Circulante			Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31.12.2015	31.12.2014
Notas Promissórias	204.000	7.502	211.502	-	-	-	211.502	205.442
Financiamentos BNDES	11.983	59	12.042	161.339	4.269	165.608	177.650	121.141
Total	215.983	7.561	223.544	161.339	4.269	165.608	389.152	326.583

i. Empréstimos (Notas Promissórias)

O saldo em 31 de dezembro de 2014 refere-se à parcela a pagar da 3ª emissão de Notas Promissórias, que foi liquidada em 08 de abril de 2015. No decorrer do exercício de 2015, ocorreu a emissão das Notas Promissórias de 4ª e 5ª emissão, como detalhado abaixo:

- Quarta emissão de 95 notas promissórias em 08 de Abril de 2015, no valor unitário de R\$2.000, realizada em série única, com vencimento para 05 de outubro de 2015, depositadas no Banco Bradesco, com juros remuneratórios equivalentes à variação percentual acumulada de 113,50% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 180 dias úteis, conforme definido no contrato de coordenação de Distribuição Pública Restrita, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Promissórias Comerciais.
- Quinta emissão de 102 notas promissórias, em 05 de outubro de 2015, em duas séries, sendo 30 notas promissórias da 1ª série com vencimento em 04 de janeiro de 2016 e 72 da 2ª série com vencimento em 02 de abril de 2016, no valor unitário de R\$2.000, depositadas no Banco Bradesco, com juros remuneratórios equivalentes à variação percentual acumulada de 114% para 1ª série e 115% para 2ª série, das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 91 dias úteis da 1ª série e 180 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

Os recursos obtidos com as captações realizadas no exercício de 2015 foram destinados ao pagamento das dívidas referentes a 3ª e 4ª emissão de Notas Promissórias a pagar.

ii. Financiamentos (BNDES)

A concessão de colaboração financeira pelo BNDES foi expedida de acordo com os subcréditos abaixo demonstrados:

<u>Empreendimento</u>	<u>Subcrédito A</u>	<u>Subcrédito B</u>	<u>Subcrédito C</u>	<u>Total Financiamento</u>
PCH Dores de Guanhões	42.300	14.800	600	57.700
PCH Senhora do Porto	39.400	13.900	500	53.800
PCH Jacaré	29.800	10.400	400	40.600
PCH Fortuna II	29.000	10.400	400	39.800
	140.500	49.500	1.900	191.900

a) Contrato de Financiamento nº 13.2.1128.1, celebrado com a PCH Dores de Guanhões:

No valor de R\$57.700, dividido em três Subcréditos. Sobre o valor principal da dívida decorrentes dos Subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 1,96% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Deverão ser pagos em 186 prestações mensais e sucessivas, sendo a 1ª prestação com vencimento em 15 de março de 2015 e a última prestação com vencimento para 15 de agosto de 2030. Subcrédito “C” incidirão juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Deverá ser pago em 180 parcelas mensais e sucessivas, sendo a 1ª parcela com vencimento em 15 de setembro de 2015 e a última parcela com vencimento em 15 de agosto de 2030.

b) Contrato de Financiamento nº 13.2.1129.1, celebrado com a PCH Senhora do Porto:

No valor de R\$53.800, dividido em três Subcréditos. Sobre o valor principal da dívida decorrentes dos Subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 1,96% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Deverão ser pagos em 186 prestações mensais e sucessivas, sendo a 1ª prestação com vencimento em 15 de março de 2015 e a última prestação com vencimento para 15 de agosto de 2030. Subcrédito “C” incidirão juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Deverá ser pago em 180 parcelas mensais e sucessivas, sendo a 1ª parcela com vencimento em 15 de setembro de 2015 e a última parcela com vencimento em 15 de agosto de 2030.

c) Contrato de Financiamento nº 13.2.1130.1, celebrado com a PCH Jacaré:

No valor de R\$40.600, dividido em três Subcréditos. Sobre o valor principal da dívida decorrentes dos Subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 1,96% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Deverão ser pagos em 186 prestações mensais e sucessivas, sendo a 1ª prestação com vencimento em 15 de março de 2015 e a última prestação com vencimento para 15 de agosto de 2030. Subcrédito “C” incidirão juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Deverá ser pago em 180 parcelas mensais e sucessivas, sendo a 1ª parcela com vencimento em 15 de setembro de 2015 e a última parcela com vencimento em 15 de agosto de 2030.

d) Contrato de Financiamento nº 13.2.1127.1, celebrado com a PCH Fortuna II:

No valor de R\$39.800, dividido em três Subcréditos. Sobre o valor principal da dívida decorrentes dos Subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 1,96% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Deverão ser pagos em 186 prestações mensais e sucessivas, sendo a 1ª prestação com vencimento em 15 de março de 2015 e a última prestação com vencimento para 15 de agosto de 2030. Subcrédito “C” incidirão juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Deverá ser pago em 180 parcelas mensais e sucessivas, sendo a 1ª parcela com vencimento em 15 de setembro de 2015 e a última parcela com vencimento em 15 de agosto de 2030.

Até 31 de Dezembro de 2015 foram disponibilizados as seguintes tranches:

- Recursos depositados em 25 de agosto de 2014, no valor de R\$42.300. Em 27 de maio de 2015 depositado, o valor de R\$10.000 e em 10 de Julho de 2015, o valor de R\$2.000 para PCH Dores de Guanhães S.A.;
- Recursos depositados em 26 de agosto de 2014, no valor de R\$42.700. Em 27 de maio de 2015, depositado o valor de R\$6.000 e em 10 de Julho de 2015, o valor de R\$2.300 para PCH Senhora do Porto S.A.;
- Recursos depositados em 17 de dezembro de 2014, no valor de R\$34.000. Em 27 de maio de 2015, depositado o valor de R\$2.000 e em 10 de Julho de 2015, o valor de R\$1.700 para PCH Fortuna II S.A.
- Recursos depositados em 10 de julho de 2015, no valor de R\$38.574, para PCH Jacaré S.A.

Segue movimentações dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro 2015:

	Controladora		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2013	116.000	7.466	123.466
Empréstimos e Financiamentos Obtidos/ 2º e 3º NP	290.000	-	290.000
Amortização de Principal	(206.000)	-	(206.000)
Encargos Juros e Correções	-	18.609	18.609
Encargos Pagos no Exercício	-	(20.633)	(20.633)
Custo de Captação	-	-	-
SALDO EM 31.12.2014	200.000	5.442	205.442
Empréstimos e Financiamentos Obtidos/4º e 5º NP	394.000	-	394.000
Amortização de Principal	(390.000)	-	(390.000)
Encargos Juros e Correções	-	28.320	28.320
Encargos Pagos no Exercício	-	(26.260)	(26.260)
SALDO EM 31.12.2015	204.000	7.502	211.502

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31.12.2013	116.000	7.466	123.466
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	409.000	-	409.000
Empréstimos de Mútuos	(206.000)	-	(206.000)
Encargos Juros e correções	-	20.750	20.750
Encargos Pagos no Exercício	-	(20.633)	(20.633)
Saldo em 31.12.2014	319.000	7.583	326.583
Financiamentos BNDES	456.574	-	456.574
Amortização de Principal	(398.252)	-	(398.252)
Encargos Juros e Correções	-	40.848	40.848
Encargos Pagos no Exercício	-	(36.601)	(36.601)
Saldo em 31.12.2015	377.322	11.830	389.152

Os financiamentos estão garantidos por fianças ou garantias corporativas prestadas pelos acionistas da Guanhões Energia.

De acordo com contrato, deve ser evidenciada uma conta reserva de aplicação financeira em que se deverá manter um valor equivalente três vezes o valor da prestação mensal do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais acessórios.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito da Companhia é de R\$137.608, dividido em 137.608 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito, sendo 70.180 mil ações ordinárias classe A, pertencentes a Light Energia S.A. e 67.428 mil ações ordinárias de classe B pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT).

Cada classe de ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais, sendo asseguradas as seguintes vantagens a cada uma delas:

- Ações Ordinárias Classe A terão direito a: i) eleger, em votação em separado, dois membros do Conselho de Administração da Companhia; ii) indicar, alternadamente, a cada mandato de três anos, na forma do disposto em Acordo de Acionista, o Presidente ou o Vice-presidente do Conselho de Administração; e iii) indicar o Diretor Administrativo-Financeiro.
- Ações Ordinárias Classe B terão direito a: i) eleger, em votação em separado, dois membros do Conselho de Administração da Companhia; ii) indicar, alternadamente, a cada mandato de três anos, na forma do disposto em Acordo de Acionista, o Presidente ou o Vice-presidente do Conselho de Administração; e iii) indicar o Diretor Técnico-Comercial

Os acionistas da Companhia e as suas respectivas participações no capital social em 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

ACIONISTAS	31.12.2015		31.12.2014	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
Light Energia S.A.	70.180.000	51	70.180.000	51
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	67.428.000	49	67.428.000	49
Total Geral	137.608.000	100	137.608.000	100

13. DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal e Encargos	(152)	(2.082)	(769)	(2.082)
Administrativas e outras	(25)	(740)	(432)	(740)
Impostos e Taxas	(57)	(1.357)	(500)	(1.357)
Serviço de Terceiros	(184)	(1.860)	(1.414)	(1.860)
Equivalência Patrimonial	(43.328)	(21.477)	(43.328)	-
Provisão para Redução ao valor Recuperável de Ativos	-	-	(38.878)	(21.477)
TOTAL	(43.746)	(27.516)	(85.321)	(27.516)

Classificadas como:

	Controladora	Controladora	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Despesas Gerais e Administrativas	(400)	(5.843)	(2.913)	(5.843)
Outras Despesas	(18)	(196)	(265)	(196)
Equivalência Patrimonial	(43.328)	(21.477)	-	-
Provisão para Redução ao valor Recuperável de Ativos	-	-	(38.878)	(21.477)
	(43.746)	(27.516)	(42.056)	(27.516)

14. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
RECEITAS				
Receitas de Aplicações Financeiras	1.774	1.345	1.775	1.345
Outras Receitas Financeiras	119	277	119	277
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	1.893	1.622	1.894	1.622
Despesas Bancárias	(238)	(4)	(238)	(4)
Juros de Empréstimos	(30.850)	(6.820)	(30.869)	(6.820)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(31.088)	(6.824)	(31.107)	(6.824)
RESULTADO FINANCEIRO	(29.195)	(5.202)	(29.213)	(5.202)

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos aos valores de equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, outros créditos, outros passivos e fornecedores, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime contábil de competência. Estes valores encontram-se atualizados até a data do balanço e representam os valores a receber ou a pagar naquelas datas.

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos financeiros:

		Controladora			
		31.12.2015		31.12.2014	
ATIVO	Notas	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	12	12	60	60
Títulos e Valores Imobiliários	5	1.448	1.448	27.779	27.779
Outros Créditos	6	552	552	7.001	7.001
Total		2.012	2.012	34.840	34.840
PASSIVO					
Fornecedores	10	304	304	479	479
Empréstimos e Financiamentos	11	211.502	211.502	205.442	205.442
Outros Passivos		137	137	184	184
Total		211.943	211.943	206.105	206.105

		Consolidado			
		31.12.2015		31.12.2014	
ATIVO	Notas	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	40	40	68	68
Títulos e Valores Imobiliários	5	90.110	90.110	126.768	126.768
Outros Créditos		17	17	150	150
Total		90.167	90.167	126.986	126.986
PASSIVO					
Fornecedores	10	5.509	5.509	6.724	6.724
Empréstimos e Financiamentos	11	389.152	389.152	326.583	326.583
Outros Passivos		139	139	184	184
Total		394.800	394.800	333.491	333.491

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

- Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo “método do custo amortizado” e classificados como “outros passivos financeiros”.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como outros passivos financeiros e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

- Outros créditos e outros passivos

Outros créditos, classificados como “empréstimos e recebíveis”, e outros passivos, classificados como “outros passivos”, são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

a) Instrumentos Financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

		Controladora					
		31.12.2015			31.12.2014		
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
ATIVO							
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	12	12	12	60	60	60
Títulos e Valores Imobiliários	5	1.448	1.448	1.448	27.779	27.779	27.779
Outros Créditos	6	552	552	552	7.001	7.001	7.001
					-	-	-
Total		2.012	2.012	2.012	34.840	34.840	34.840

		31.12.2015			31.12.2014		
	Notas	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Total	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Total
PASSIVO							
Fornecedores	10	304	-	304	479	479	479
Empréstimos, Financiamentos	11	211.502	-	211.502	205.442	205.442	205.442
Outros Passivos		137	-	137	184	184	184
					-	-	-
Total		211.943	-	211.943	206.105	206.105	206.105

		Consolidado					
		31.12.2015			31.12.2014		
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
ATIVO							
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	40	-	40	68	-	68
Títulos e Valores Imobiliários	5	90.110	-	90.110	126.768	-	126.768
Outros Créditos	6	17	-	17	150	-	150
Total		90.167	-	90.167	126.986	-	126.986

		31.12.2015			31.12.2014		
	Notas	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Total	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Total
PASSIVO							
Fornecedores	10	5.509	-	5.509	6.724	-	6.724
Empréstimos, Financiamentos	11	389.152	-	389.152	326.583	-	326.583
Outros Passivos		139	-	139	184	-	184
Total		394.800	-	394.800	333.491	-	333.491

b) Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida atrelada a taxa de juros variável:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014		31.12.2015		31.12.2014	
	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida
TJLP	-	-	-	-	169.137	44%	165.608	37%
CDI	211.502	100%	205.442	100%	211.502	56%	223.544	63%
Total	211.502	100%	205.442	100%	380.639	100%	389.152	100%

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Nos exercícios apresentados não foram contratados derivativos.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações da TJLP e do CDI, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa para 31 de dezembro de 2015. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2015. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e aplicações financeiras respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&F BOVESPA (em 15 de Fevereiro de 2016) e BNDES (em 15 de Fevereiro de 2016).

Risco de elevação (saldos passivos) e redução (saldos ativos) das Taxas de Juros (saldos em aberto em 31 de dezembro de 2015):

Risco de Queda e Elevação das Taxas de Juros

Operação	Risco	R\$ mil		
		Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS		11.552	8.660	5.776
Aplicações Financeiras	CDI	11.552	8.660	5.776
PASSIVOS FINANCEIROS		(37.311)	(46.638)	(55.966)
Financiamentos - BNDES	TJLP	(10.196)	(12.745)	(15.294)
Notas Promissórias	CDI	(27.115)	(33.893)	(40.672)
TOTAL		(25.759)	(37.979)	(50.190)
Referência para ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (% fim do exercício)		6,27%	7,84%	9,41%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		12,82%	16,03%	19,23%
Referência para ATIVOS			-25%	-50%
CDI (% fim do exercício)		12,82%	9,61%	6,41%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanente as posições em aberto.

Apresentamos mais acima nesta nota, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures captados são apresentados na Nota explicativa nº 9.

A Companhia tem obtido recursos a partir do mercado financeiro e recursos dos acionistas, destinando-os principalmente à administração de seu caixa para capital de giro, investimentos e compromissos financeiros.

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava capital circulante negativo de R\$209.973 na controladora e de R\$139.372 no consolidado. A Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluem o reescalonamento de seus financiamentos e alongamento de seus empréstimos tomados junto a instituições financeiras, bem como eventuais aportes de capital por parte de seus acionistas.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Instrumentos Financeiros Consolidados	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos e Financiamentos	7.527	84.924	257.446	181.714	531.611
Fornecedores	2.060	3.449	-	-	5.509

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015:

(A) Contrato Power Purchase Agreement (PPA) - Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Guanhães Energia com a Cemig GT.

Grupos do balanço: Receita x Clientes

Vínculo: Cemig GT (Participa do grupo controlador)

Valor original: R\$448.550

Período de vigência: dez/2012 a mai/2030

Saldo remanescente: R\$406.240

Condições contratuais: Preço negociado entre as partes conforme contrato. A Administração da Cemig GT já aprovou antecipar a data de término do Contrato de maio/2030 para dezembro/2017, em função da celebração do Contrato de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCVEAR) – Leilão A-3, cuja comercialização está prevista para o período 30 anos a partir de janeiro/2018, sem multa por acordo entre as partes.

A alteração do contrato com a Cemig GT depende da aprovação do BNDES, visto que de acordo com o BNDES o contrato com a Cemig GT não poderá sofrer alterações sem prévia autorização do BNDES.

(B) Contrato Engenharia do Proprietário - Contrato de prestação de serviços de Engenharia da Cemig GT com Guanhães Energia.

Grupos do balanço: Fornecedor x Imobilizado
Vínculo: Cemig GT (Participa do grupo controlador)
Valor original: R\$1.767
Período de vigência: ago/2012 a dez/2014
Condições contratuais: Preço negociado entre as partes
Condições de rescisão ou término: N/A
Saldo remanescente: R\$0

(C) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da Guanhães Energia com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)

Grupos do balanço: Custo x Fornecedor
Vínculo: Cemig D (Entidade ligada ao grupo controlador)
Valor original: R\$7.453
Período de vigência: mar/2009 a mai/2019
Condições contratuais: Preço negociado entre as partes
Condições de rescisão ou término: N/A
Saldo remanescente: R\$ 7.017

(D) Contrato de Conexão (CCD) - Contrato de compromisso de Conexão ao Sistema de Distribuição da Guanhães Energia com a Cemig D

Grupos do balanço: Custo x Fornecedor
Vínculo: Cemig D (Entidade ligada ao grupo controlador)
Valor original: N/A
Período de vigência: abr/2008 a mai/2019
Condições contratuais: Preço negociado entre as partes
Condições de rescisão ou término: N/A
Saldo remanescente: N/A

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem garantia corporativa dos acionistas Light S.A. e Cemig GT.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual dos exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

17. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir concilia o prejuízo líquido do exercício com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
NUMERADOR		
Prejuízo líquido do exercício	(72.975)	(32.718)
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	137.607.800	137.607.800
RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	(0,53)	(0,24)

Nos exercícios de 2015 e 2014 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído.

18. COBERTURA DE SEGUROS

Seguros Tomados

Atendendo à legislação vigente, foi necessária a formalização de Seguros Garantia de Fiel Cumprimento em nome das Subsidiárias da Guanhões Energia, as PCHs Dores de Guanhões, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como beneficiária, quando da obtenção da outorga de exploração.

Posteriormente, para a participação das PCHs no Leilão ANEEL nº 04/2015 (Leilão A-3), foi necessário o aporte de um novo Seguro Garantia para participação no leilão.

Como as subsidiárias da Guanhões Energia sagraram-se vencedoras no leilão, foi necessário aportar novos Seguros Garantia de Fiel Cumprimento para cada empreendimento, tendo como beneficiária a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Após o aceite deste seguro pela CCEE, o Seguro de Participação do Leilão e o Seguro Fiel Cumprimento aportados inicialmente à ANEEL serão liberados.

Seguros CCPG

Conforme estabelecido no contrato de EPC, era de responsabilidade do Consórcio Construtor PCHs Guanhões - CCPG a contratação de diversos seguros, devendo englobar seguro de vida e acidentes pessoais a fim de proteger o seu pessoal alocado nas obras, bem como assegurar que todos os empregados de subcontratados que executem atividades no local de implantação estejam devidamente segurados. Além disso, o seguro também deveria englobar cobertura de transporte, riscos de engenharia e de responsabilidade civil até o encerramento da construção do empreendimento. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Maiores detalhes sobre os desdobramentos da rescisão e a conseqüente abertura de sinistro dos seguros estão descritos conforme Nota explicativa nº 25.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2015:

SÍMBOLO	SEGURO	SEGURADO	SEGURADORA ATUAL	INÍCIO DA VIGÊNCIA APÓLICE ATUAL	FIM DA VIGÊNCIA	R\$ (mi) VALOR COBERTO	APÓLICE VIGENTE
PCH Fortuna II	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento ANEEL	ANEEL	J. Malucelli	04/08/2015	20/10/2016	R\$ 2.700	03-0775-0170320
PCH Dolores de Guanhães	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento ANEEL	ANEEL	J. Malucelli	04/08/2015	21/06/2016	R\$ 4.200	03-0775-0170318
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento ANEEL	ANEEL	J. Malucelli	04/08/2015	01/04/2016	R\$ 3.600	03-0775-0170317
PCH Jacaré	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento ANEEL	ANEEL	J. Malucelli	04/08/2015	20/09/2016	R\$ 2.700	03-0775-0170319
PCH Fortuna II	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Fortuna II S.A. / BNDES	Austral	03/02/2015	10/05/2016	R\$ 1.840	024612015000107760002480
PCH Dolores de Guanhães	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Dolores de Guanhães S.A. / BNDES	Austral	03/02/2015	10/05/2016	R\$ 1.109	024612015000107760002479
PCH Jacaré	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Jacaré S.A. / BNDES	Austral	03/02/2015	10/05/2016	R\$ 1.059	024612015000107760002482
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Senhora do Porto S.A. / BNDES	Austral	03/02/2015	10/05/2016	R\$ 844	024612015000107760002483
STA Integrador	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Jacaré S.A. / BNDES	Austral	03/02/2015	10/05/2016	R\$ 930	024612015000107760002484
STA Integrador	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Jacaré S.A. / BNDES	Austral	08/05/2015	04/04/2016	R\$ 2.549	024612015000107760002498
PCH Dolores de Guanhães	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Dolores de Guanhães S.A. / BNDES	Austral	08/05/2015	04/04/2016	R\$ 3.002	024612015000107760002499
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Senhora do Porto S.A. / BNDES	Austral	08/05/2015	04/04/2016	R\$ 2.751	024612015000107760002500
PCH Fortuna II	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Fortuna II S.A. / BNDES	Austral	08/05/2015	04/04/2016	R\$ 2.801	024612015000107760002501
PCH Jacaré	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Jacaré S.A. / BNDES	Austral	08/05/2015	04/04/2016	R\$ 2.459	024612015000107760002502
STA Integrador	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Jacaré S.A. / BNDES	Austral	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 1.274	024612015000107760002493
PCH Jacaré	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Jacaré S.A. / BNDES	Austral	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 1.229	024612015000107760002494
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Senhora do Porto S.A. / BNDES	Austral	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 1.376	024612015000107760002495
PCH Fortuna II	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Fortuna II S.A. / BNDES	Austral	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 1.401	024612015000107760002496
PCH Dolores de Guanhães	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Dolores de Guanhães S.A. / BNDES	Austral	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 1.501	024612015000107760002497
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Senhora do Porto S.A.	Fairfax	05/04/2015	10/05/2016	R\$ 456	046692015100107760000987
PCH Fortuna II	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Fortuna II S.A.	Fairfax	05/04/2015	10/05/2016	R\$ 725	046692015100107760000985
PCH Jacaré	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Jacaré S.A.	Fairfax	05/04/2015	10/05/2016	R\$ 415	046692015100107760000986
PCH Dolores de Guanhães	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Dolores de Guanhães S.A.	Fairfax	05/04/2015	10/05/2016	R\$ 546	046692015100107760000984
STA Integrador	Seguro Garantia - Pagamento Antecipado	PCH Jacaré S.A. - STA Integrador	Fairfax	05/04/2015	10/05/2016	R\$ 33	046692015100107760000992
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Senhora do Porto S.A. / BNDES	Fairfax	05/04/2015	04/04/2016	R\$ 5.018	1007600000991
PCH Fortuna II	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Fortuna II S.A. / BNDES	Fairfax	05/04/2015	04/04/2016	R\$ 4.520	1007600000989
PCH Jacaré	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Jacaré S.A. / BNDES	Fairfax	05/04/2015	04/04/2016	R\$ 3.863	1007600000990
PCH Dolores de Guanhães	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Dolores de Guanhães S.A. / BNDES	Fairfax	05/04/2015	04/04/2016	R\$ 5.822	1007600000988
STA Integrador	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento	PCH Jacaré S.A. - STA Integrador / BNDES	Fairfax	05/04/2015	04/04/2016	R\$ 490	1007600000993
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Senhora do Porto S.A. / BNDES	Fairfax	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 2.509	1007600000991
PCH Fortuna II	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Fortuna II S.A. / BNDES	Fairfax	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 2.260	1007600000989
PCH Jacaré	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Jacaré S.A. / BNDES	Fairfax	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 1.932	1007600000990
PCH Dolores de Guanhães	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Dolores de Guanhães S.A. / BNDES	Fairfax	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 2.911	1007600000988
STA Integrador	Seguro Garantia - Fiel Cumprimento (Operação)	PCH Jacaré S.A. - STA Integrador / BNDES	Fairfax	04/04/2016	04/05/2018	R\$ 245	1007600000993
Projeto	Seguro de Responsabilidade Civil Geral	Guanhães Energia S.A.	Zurich	08/05/2015	20/04/2018	R\$ 16.972	03519186684
PCH Fortuna II	Seguro de Riscos de Engenharia - Básica e Adicionais	Guanhães Energia S.A.	Zurich	24/04/2015	20/03/2016	R\$ 60.038	03679186144
PCH Fortuna II	Seguro de Riscos de Engenharia - Manutenção Ampla	Guanhães Energia S.A.	Zurich	20/03/2016	20/03/2018	R\$ 60.038	03679186144
PCH Dolores de Guanhães	Seguro de Riscos de Engenharia - Básica e Adicionais	Guanhães Energia S.A.	Zurich	20/11/2015	21/03/2016	R\$ 89.650	03679186146
PCH Dolores de Guanhães	Seguro de Riscos de Engenharia - Manutenção Ampla	Guanhães Energia S.A.	Zurich	21/03/2016	21/03/2018	R\$ 89.650	03679186146
PCH Senhora do Porto	Seguro de Riscos de Engenharia - Básica e Adicionais	Guanhães Energia S.A.	Zurich	01/09/2015	04/01/2016	R\$ 79.896	03679186145
PCH Senhora do Porto	Seguro de Riscos de Engenharia - Manutenção Ampla	Guanhães Energia S.A.	Zurich	04/01/2016	04/01/2018	R\$ 79.896	03679186145
PCH Jacaré	Seguro de Riscos de Engenharia - Básica e Adicionais	Guanhães Energia S.A.	Zurich	14/01/2015	20/02/2016	R\$ 51.563	03679186143
PCH Jacaré	Seguro de Riscos de Engenharia - Manutenção Ampla	Guanhães Energia S.A.	Zurich	20/02/2016	20/02/2018	R\$ 51.563	03679186143
STA Integrador	Seguro de Riscos de Engenharia - Básica e Adicionais	PCH Jacaré S.A.	Zurich	30/09/2015	23/03/2016	R\$ 28.934	03679186142
STA Integrador	Seguro de Riscos de Engenharia - Manutenção Ampla	PCH Jacaré S.A.	Zurich	23/03/2016	23/03/2018	R\$ 28.934	03679186142
Projeto	Seguro Garantia - Valor Adicional (8º TAC)	Guanhães Energia S.A.	Pottencial	09/02/2015	20/04/2016	R\$ 17.990	01-0776-07-0008108
PCH Dolores de Guanhães	Seguro Garantia Participação Leilão A-3	CCEE	J. Malucelli	12/08/2015	02/05/2016	R\$ 160	04-0775-0222601
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia Participação Leilão A-3	CCEE	J. Malucelli	12/08/2015	02/05/2016	R\$ 134	04-0775-0222600
PCH Jacaré	Seguro Garantia Participação Leilão A-3	CCEE	J. Malucelli	12/08/2015	02/05/2016	R\$ 102	04-0775-0222602
PCH Fortuna II	Seguro Garantia Participação Leilão A-3	CCEE	J. Malucelli	12/08/2015	02/05/2016	R\$ 102	04-0775-0222603
PCH Dolores de Guanhães	Seguro Garantia Fiel Cumprimento Leilão A-3	CCEE	J. Malucelli	07/12/2015	29/06/2018	R\$ 2.573	04-0775-0228490
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia Fiel Cumprimento Leilão A-3	CCEE	J. Malucelli	07/12/2015	29/06/2018	R\$ 2.040	04-0775-0228491
PCH Jacaré	Seguro Garantia Fiel Cumprimento Leilão A-3	CCEE	J. Malucelli	07/12/2015	29/06/2018	R\$ 1.690	04-0775-0228492
PCH Fortuna II	Seguro Garantia Fiel Cumprimento Leilão A-3	CCEE	J. Malucelli	07/12/2015	29/06/2018	R\$ 2.077	04-0775-0228493

19. LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E SUSPENSÃO DAS OBRAS

Em 04 de abril de 2014, houve uma paralisação das obras das quatro PCHs devido a uma liminar concedida a pedido do Ministério Público, questionando a validade dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), assinados no ano de 2013. Essa liminar foi cassada em 12 de abril de 2014, quando se deu o retorno das obras.

Em 15 de abril de 2014, foram obtidas as Licenças de Instalação Corretivas (LICs) das PCHs Senhora do Porto e Dores de Guanhães.

O pedido para obtenção da Licença de Operação (LO) para a PCH Senhora do Porto foi solicitado em 02 de julho de 2014, e o pedido da (LO) da PCH Dores de Guanhães foi solicitado em 28 de agosto de 2014, todos os questionamentos feitos pelos técnicos do órgão ambiental, relacionados às PCHs Dores de Guanhães e Senhora do Porto foram atendidos e esclarecidos.

Com relação à PCH Fortuna II, em 11 de julho de 2013, foi assinado um aditivo do TAC prorrogando a sua validade. E em 24 de novembro de 2014, foi obtida a Licença de Instalação Corretiva da PCH Fortuna II. O pedido para obtenção da Licença de Operação (LO) para a PCH Fortuna II foi solicitado em 26 de junho de 2015. Aguarda-se a realização da vistoria dos técnicos do órgão ambiental nas obras.

Tratando-se da PCH Jacaré, em 22 de junho de 2015, foi obtida a Licença de Instalação Corretiva (LIC) da PCH Jacaré. Após a formalização do pedido da Licença de Operação (LO), o processo deverá ser incluso na pauta do órgão ambiental, para posterior obtenção da LO.

Em função dos atrasos do cronograma de implantação causados pelo Consórcio Construtor, a necessidade da obtenção da LO foi postergada.

20. CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

A Companhia realizou, em 19 de dezembro de 2012, um leilão de venda de Energia Elétrica Incentivada, com 50% (cinquenta por cento) de desconto na TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), sendo vencedora, a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), acionista da Companhia. Em 28 de dezembro de 2012, foi firmado contrato de compra e venda entre as partes.

Em 27 de março de 2014, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao contrato de compra e venda, com as seguintes alterações:

- a) O Contrato teve sua eficácia alterada a partir da assinatura do 1º Termo Aditivo ao contrato.
- b) A apresentação dos documentos exigidos na cláusula segunda do contrato deverá ocorrer até o dia anterior ao início do fornecimento de energia, para comprovar a viabilidade da fonte geradora de energia elétrica.

Devido à transferência das titularidades para as subsidiárias ocorrida em março de 2014, foram firmados, em 06 de junho de 2014, Termos de Cessão, transferindo da Cedente Guanhões Energia para as cessionárias PCH Dores de Guanhões, PCH Senhora do Porto, PCH Jacaré e PCH Fortuna II, controladas da Guanhões Energia, os direitos e as obrigações do contrato.

No dia 14 de janeiro de 2015, foi assinado um Primeiro Termo Aditivo com a CEMIG-GT ao contrato cedido para as PCHs, que ajustou as datas previstas para o início da entrega da energia.

As partes em 22 de dezembro de 2015 formalizaram um Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada, ajustando novamente as datas previstas para o início da entrega da energia, bem como celebraram um Termo de Compensação Financeira de forma que a diferença entre o valor do PPA e o Preço de Liquidações de Diferenças (PLD) seja aplicada em caso de novos atrasos na entrega da energia. Segue tabela com as novas datas abaixo:

Período de Fornecimento	Energia Contratada				
	PCH Senhora do Porto (MW)	PCH Dores de Guanhões (MW)	PCH Fortuna II (MW)	PCH Jacaré (MW)	TOTAL
De 01/01/2016 a 31/01/2016	3,205	3,714	-	-	6,919
De 01/02/2016 a 29/02/2016	6,411	7,428	1,568	-	15,407
De 01/03/2016 a 31/03/2016	6,411	7,428	3,137	2,467	19,443
De 01/04/2016 a 31/07/2020	6,411	7,428	4,706	4,935	23,480
De 01/08/2020 a 31/08/2020	6,411	7,428	4,706	4,744	23,289
De 01/09/2020 a 30/11/2020	6,411	7,428	4,524	4,744	23,107
De 01/12/2020 a 31/12/2020	6,411	7,140	4,524	4,744	22,819
De 01/01/2021 a 31/07/2021	6,162	7,140	4,524	4,744	22,570
De 01/08/2021 a 31/08/2021	6,162	7,140	4,524	4,555	22,381
De 01/09/2021 a 31/11/2021	6,162	7,140	4,343	4,555	22,200
De 01/12/2021 a 31/12/2021	6,162	6,855	4,343	4,555	21,915
De 01/01/2022 a 31/05/2030	5,917	6,855	4,343	4,555	21,670

As PCHs da Guanhões Energia negociaram energia no leilão nº 04/2015 denominado Leilão A-3, realizado no dia 21 de agosto de 2015 pela Aneel, conforme Nota explicativa nº 21. A Administração da Cemig GT já aprovou antecipar a data de término do Contrato de maio/2030 para dezembro/2017, em função da celebração do Contrato de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCVEAR) – Leilão A-3, cuja comercialização está prevista para o período 30 anos a partir de janeiro/2018, sem multa por acordo entre as partes.

A alteração do contrato com a Cemig GT depende da aprovação do BNDES, visto que de acordo com o BNDES o contrato com a Cemig GT não poderá sofrer alterações sem prévia autorização do BNDES.

21. LEILÃO DE ENERGIA ANEEL Nº 04/2015 – LEILÃO A-3

As PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhões, Jacaré e Fortuna II participaram do leilão nº 04/2015 promovido pela ANEEL, e comercializaram energia a um preço superior ao que havia sido formalizado em contrato anterior com a Cemig GT.

Após a realização do leilão, houve o envio e a análise dos documentos por um Comitê Especial de Licitação e, no dia 04 de agosto de 2015, ocorreu a homologação e adjudicação das PCHs.

A próxima fase do leilão é adesão das PCHs como agentes na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para posterior formalização dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), que deverá ser formalizado entre cada uma das compradoras e vendedoras vencedoras do certame.

O início do suprimento da energia comercializada no leilão será no dia 01 de janeiro de 2018.

22. DIFERIMENTO DO ICMS

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, através da sua Superintendência de Tributação, concedeu à Companhia, por meio do Regime Especial/PTA No 45.000002606-90, autorização para fruição do benefício do diferimento do ICMS nos termos do Protocolo de Intenções celebrado com o Estado de Minas Gerais, que poderá resultar em uma redução no Preço Global do Contrato no valor de R\$8.130, com data-base abril de 2012.

O Protocolo de Intenções nº 006/2010 foi celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Guanhões Energia em 14 de janeiro de 2010, com o objetivo de viabilizar a implantação das PCHs Dores do Guanhões, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II.

No ano 2014 ocorreu a transferência do benefício para as subsidiárias, em forma Regime Especial de diferimento parcial, conforme Art.8º e Isenção de itens 204 e 205 da Parte 1 do Anexo I RICMS em 19 de setembro de 2014, conforme demonstrado abaixo:

PCH Dores de Guanhões S.A.	Regime Especial PTA Nº 45.000006993-73
PCH Senhora do Porto S.A.	Regime Especial PTA Nº 45.000006995-27
PCH Jacaré S.A.	Regime Especial PTA Nº 45.000006994-54
PCH Fortuna II S.A.	Regime Especial PTA Nº 45.000006996-08

Em 09 de fevereiro de 2015, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato EPC, onde o preço global do contrato foi reduzido em R\$8.130, em razão dos benefícios fiscais concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

23. LINHA DE TRANSMISSÃO 138 KV, LIGANDO JACARÉ A GUANHÃES.

A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG firmou contrato, em 21 de dezembro de 2012, com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, para execução de obras, direta ou indiretamente, e de prestação de serviços de gerenciamento do contrato e das obras de infraestrutura de energia elétrica, notadamente na área de distribuição e transmissão, visando o atendimento aos compromissos do Governo do Estado com empresas signatárias de Protocolos de Intenção de investimentos, entre elas a Guanhães Energia.

As obras em questão englobam outras empresas além da própria Companhia, sendo que o benefício a ela ligado é referente à obra de extensão do Sistema de Distribuição em 138 kV, a partir da Subestação Guanhães 2, já existente, até a nova Subestação Jacaré 138 kV, incluindo a instalação de novo vão de conexão na Subestação Guanhães 2, a construção da Linha de Distribuição Subestação Guanhães 2 – Subestação Jacaré 138 kV, com aproximadamente 25 km, englobando a construção da Subestação Jacaré 138 kV.

O preço inicial para implantação das obras era de aproximadamente R\$20.000 e estavam inclusas no contrato formalizado com o Consórcio Construtor PCH's Guanhães – CCPG para a construção e implementação, sendo que os recursos utilizados nesta fase de obras serão inicialmente arcados pela Companhia para, posteriormente, serem reembolsados pela CEMIG, que por sua vez receberá os recursos da Secretaria de Desenvolvimento – SEDE.

No oitavo termo aditivo ao contrato, o preço para implantação do STA Integrador foi alterado para R\$ 26.860, com data base de abril de 2012, foi repassado o montante de R\$5.844 pela Secretaria de Desenvolvimento, reconhecidos como obrigações especiais, em conta redutora ao ativo imobilizado. A Guanhães Energia já desembolsou o valor de R\$23.716, restando, portanto, o valor de R\$17.872 a serem reembolsados pela SEDE-MG.

Diante da rescisão do Contrato EPC, ocorrida em 15 de dezembro de 2015, a implantação do STA Integrador foi interrompida. Os custos para a continuidade e término da implantação do STA Integrador somente serão definidos após a recontração do escopo remanescente do contrato EPC.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2014 e 2015, a companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Encargos financeiros capitalizados	-	11.789	12.528	13.930
Aquisição de ativo imobilizado em contrapartida a fornecedor	-	-	5.509	6.245
Aporte de capital da Guanhães Energia nas PCH's	1.699	287.790	-	287.790

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Execução dos Seguros Contrato EPC

Em função do atraso no cumprimento do cronograma de obras, ocorreu a rescisão do Contrato EPC com o Consórcio Construtor PCHs Guanhões ("CCPG"). Para tanto, foi necessário a Abertura de Reclamação do Sinistro de alguns seguros contratados junto as Seguradoras (Pottencial, Fairfax e Austral).

A reclamação de sinistro junto à seguradora Pottencial referente à garantia do valor adicional, formalizado através do 8º Termo Aditivo ao Contrato, tendo como beneficiária as suas SPEs, as PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhões, Jacaré e Fortuna II, foi solicitada em dezembro de 2015, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1.

Sendo assim, em 08 de janeiro de 2016 foram enviadas correspondências para abertura de reclamação de sinistro junto às seguradoras Austral e Fairfax no valor de R\$ 25.423 referente a Garantia de Fiel Cumprimento e tem como beneficiário o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

No dia 18 de janeiro de 2016 foram enviadas correspondências para a abertura de reclamação de sinistro junto às seguradoras Austral e Fairfax no valor de R\$ 5.703 referentes ao saldo remanescente do adiantamento de pagamento efetuado no início do contrato.

Aguarda-se, portanto, a análise definitiva dos documentos por parte das seguradoras para a emissão do Relatório de Regulação concedendo ou negando o direito de recebimento dos seguros.

b) Continuidade da Implantação do Empreendimento sem o CCPG

Em 15 de dezembro de 2015, devido à inadimplência do CCPG em relação a atrasos nos fornecimentos de equipamentos e serviços, com conseqüente atraso na entrada em operação comercial, o contrato foi rescindido. Está sendo providenciada a recontração do escopo remanescente do Contrato EPC para retomada das obras e conclusão da implantação dos empreendimentos.

Diante do atual cenário, com a rescisão do contrato, as novas datas de disponibilidade para a entrada em operação comercial das Unidades Geradoras das PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhões, Jacaré e Fortuna II, somente poderão ser definidas após a recontração do escopo remanescente do Contrato EPC para continuidade e término da implantação do empreendimento.

c) Contratos de mútuos realizados pela Companhia com as controladas

Em 04 de janeiro de 2016, as controladas PCH Fortuna II S.A., PCH Jacaré S.A., PCH Senhora do Porto S.A. e PCHS Dores de Guanhões S.A. assinaram contratos de mútuo com a controladora, Guanhões Energia S.A., nos montantes de R\$8.000, R\$3.000, R\$22.000 e R\$29.000, respectivamente. Os recursos foram transferidos para a Guanhões Energia em 04 de janeiro de 2016. O prazo de vigência dos contratos de mútuo é até junho de 2016, sendo que a remuneração é de 1,96% ano acima da taxa TJLP.